

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2018
(Do Sr. Renzo Braz)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional, sobre as providências adotadas relativas ao acidente da barragem do Fundão, situado do Município de Mariana/MG.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Integração Nacional o seguinte pedido de informações:

Considerando que o Parlamento tem papel essencial na fiscalização e avaliação de políticas e ações governamentais;

Considerando que é responsabilidade da União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

Considerando que, no dia 5 de novembro de 2015, houve o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, situada subdistrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana/MG, rompeu-se e derramou 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica, entre outros particulados, transformando-se em avalanche de grandes proporções, com alta velocidade, atingindo 30 cidades de diferentes formas no Estado de Minas Gerais;

Considerando, o alto grau de poluição que afetou a saúde humana, provocou mortalmente a vida de pessoas, animais, além de destruir a flora. Além disso, a referida poluição, decorrente do lançamento de resíduos sólidos e líquidos, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, tornou áreas, urbanas e rurais, imprópria para a ocupação humana, causou poluição hídrica que gerou a necessária interrupção do abastecimento público de água de comunidades;

Considerando que, foram atingidos com o rompimento da barragem, com o derramamento de rejeitos na Bacia do Rio Doce mais de 30(trinta) municípios, sendo 26 (vinte e seis) cidades em Minas Gerais e 4 (quatro) no Espírito Santo. Dos municípios afetados os mais prejudicados mineiros foram: Aimorés, Alpercata, Antônio Dias, Barra Longa, Belo Oriente, Conselheiro Pena, Coronel Fabriciano, Galileia, Governador Valadares, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Mariana, Naque, Nova Era, Periquito, Ponte Nova, Resplendor, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Timóteo, Tumiritinga. Entre as cidades capixabas, Baixo Guandu, Colatina, Linhares e Marilândia.

Considerando o Estado de Calamidade Pública e de emergência;

Pergunta-se:

1. Quais as ações em desenvolvimento pelo órgão de proteção em cada município afetado?

2. Que políticas, programas, projetos e ações estão em curso no âmbito desse Ministério para reformar o quadro desalentador das famílias atingidas e minimizar os danos ocorridos?

3. Quais providências estão sendo tomadas para assistência da população atingida, ao resgate e abrigos aos sobreviventes e a reparação de danos?

4. Há recursos federais para a reconstrução e realocação das residências das famílias atingidas?

Sala das Sessões, em de 2018.

Deputado Federal RENZO BRAZ